



A descolonização da escrita The decolonization of writing

Ricardo Alexandre Rodrigues¹

Resumo: Escritores da “literatura marginal” na atualidade se engajam para separar radicalmente as culturas dos corpos marcados pela vulnerabilidade dos preconceitos formais e de convenções de mercado, na intenção de dar visibilidade à autenticidade às suas expressões. Este texto é impulsionado pelo debate acerca de antigos conceitos e novas práticas de composição e leitura na cena contemporânea.

Palavra-chave: estudos culturais; literatura decolonial; discurso.

Abstract: Today writers of “marginal literature” engage to radically separate the culture of bodies marked by vulnerability from formal prejudice and market conventions in order to give the authenticity of its expressions some visibility. This text is motivated by the discussion about old concepts and new practices of composition and reading in the contemporary scene.

Keywords: cultural studies; decoloniality; discourse.

Em nossa contemporaneidade, o interesse por modos de narrar que não estejam credenciados aos antigos esquemas gera impacto no universo da literatura, desde as preferências de leituras, passando pelas instâncias da composição, até ao exercício da crítica e do debate acadêmico. É grande a mobilização de pessoas atraídas por eventos que tematizam multiplicidades e microabordagens, como em feiras literárias, lançamentos de livros, saraus, conferências, exposições e demais atividades. De fato, o ponto de interseção entre exercícios disruptivos, tais quais, a escuta de narrativas inauditas, investigar variações sobre as interpretações habituais e explorar perspectivas diversas, tem sido lugar de encontro para diálogos sobre as produções culturais. A investigação sobre formas de contar histórias e versões inauditas é uma das linhas de pesquisa dos estudos comparatistas da literatura que ganha força na teoria dos Estudos Culturais.

Desmarcar, desapropriar, ressignificar são operações recorrentes em composições literárias que investem na problematização e na atualização de narrativas desgastadas pelo uso indistinto. Falamos aqui de modos de conceber, produzir e ler literatura que estão engajados nos movimentos de descolonização do discurso – apontado como dispositivo que fabrica e também gerencia formas de sociabilidades. Trata-se, na teoria dos Estudos Culturais, de uma problematização do logocentrismo que determina circuitos de pensamento para traçar histórias unilaterais, exercendo, dessa maneira, a manutenção de ortodoxias por meio da desautorização de manifestações de linguagem fora da franquia classe-gênero-étnico normativa.

¹ Doutor em Poética. Faculdade de Letras. UFRJ.

Os estudos comparatistas das produções pós-coloniais, em evidência no cenário cultural das primeiras décadas do século XXI, enveredam pela investigação de novas textualidades usadas como recurso estético a serviço de um compromisso ético pela desapropriação do discurso dos grupos que viveram desautorizados a falar. Nas produções engajadas na luta contra estereótipos da colonização nos moldes da globalização, seus autores investem na renovação das imagens dos seus descendentes e na ressignificação das referências culturais, criando uma literatura de identificação, a partir de vivências e relatos.

Nessa linha de força da literatura, lemos a escrita de Sérgio Vaz, com **Flores de Alvenaria**, 2016, que investe no exercício de desapropriação e de ressignificação como experiência literária a fim de (des)marcar discursos e versões estereotipadas, contrapondo com a diversidade e a alternância de abordagens para contar outra história. Vaz, ao mesmo tempo em que desabona as marcações que abreviam e limitam as sociabilidades dos sujeitos periféricos, consegue marcar um lugar de fala e cancelar a legitimidade das culturas silenciadas. Por essa mesma via, a publicação de Ryane Leão, **Tudo nela brilha e queima**, 2017, abre perspectivas que provocam as reflexões a respeito da potência das diferentes textualidades para rever e ampliar relações de alteridades com os sujeitos que tiveram suas falas desautorizadas: mulher, negra, homossexual...

Na escrita de Sérgio Vaz e Ryane Leão, ganha volume uma literatura interessada em provocar narrativas ocultas, silenciadas, inusitadas... para saber do outro, mas na condição de sujeito do discurso e não mais como objeto do discurso – visto como artigo “excêntrico” (fora do centro normativo), por isso mesmo, sem legitimidade no discurso. Diferentes manifestações da linguagem poética, como hip hop, rap, funk, cinema dão amplitude a vozes que narram saberes, experiências e memórias que foram silenciadas porque não reproduzem pontos de vistas de uma cultura hegemônica. Logo, foram classificados como uma expressão inferior e sem importância dentro do sistema de valores que garante o funcionamento da sociedade. Essas vozes apareciam como ruídos, uma expressão fora de sintonia, diante da articulação dos discursos monótonos (de um tom só).

A escrita de Sérgio não segue propositalmente esquemas de praxe da produção literária e, como efeito, é inevitável o incômodo na operação de leitura. Arriscamos em falar de uma poética da frase, marcada por jogos de linguagem que exploram, revivem, tonificam a memória da palavra. De certo, um trabalho estético com a palavra para devolver tensão e complexidade ao tema dos corpos oprimidos e dos dispositivos de opressão que operam na “Ordem do discurso”(FOUCAULT, 2007). É forte a marca da ironia como construção de linguagem armada para cotejar versões e interpretações a serviço das hierarquias de relações de poder. O propósito é refutar frases de efeito e clichês envenenados pela ideologia opressora, como se lê no poema “Magia negra”. Vaz revisita a expressão “magia negra” e desarma o circuito automático de significados para ela, ao reunir baluartes da afro-negritude ressaltando os feitos e sua importância da construção da sociedade: “Carolina de Jesus é pura magia negra. Garrincha tinha duas pernas mágicas e negras. James Brown e Milton Santos é pura magia”. Com isso, além de refutar o circuito dos afetos programado para tudo que se

refere à cultura afro-negra, Vaz deixa em evidência o discurso opressor: “Magia negra é magia que não acaba mais” (...) “O resto é feitiço racista” (VAZ, 2016, p. 95). O impacto causado pelo desvio do circuito comum das ideias desloca o leitor para um lugar que não é o comum. Desse lugar que é incomum, tem-se acesso a histórias, memórias, sensações que não se consegue alcançar no estado “normal” de funcionamento. Provoca assim um mergulho em saberes incógnitos, transmitidos por vozes que foram abafadas.

É crescente a mobilização nas letras pela descolonização da produção do discurso, de onde destacamos aqui as escritas marginais e as escritas das vulnerabilidades, praticadas por Sérgio Vaz e Ryane Leão. Esse traço das escritas descentradas das normatividades instiga uma discussão ética e estética. Expõem-se temas, linguagens, experiências, sentimentos, memórias, corporeidades e formas de sociabilidades antes escamoteadas pelos estereótipos e estigmas. A audição dessas vozes e a visibilidade de seus corpos acende uma linha de estudo que reaproxima literatura e política para uma investigação das relações entre discurso, produção de alteridades e poder. A aproximação entre literatura e política pode ser expressa na forma de perguntas: que outros conhecimentos podem nos trazer as sociabilidades não normativas? De que verdade elas servem de testemunho? Que outras perspectivas de narrativas elas podem abrir?

Na pauta dos debates atualizados e ampliados na escrita de Ryane Leão e de Sérgio Vaz estão presentes a afirmação da legitimidade dos discursos produzidos pelas maiorias silenciadas e a rejeição da leitura que considera implícitas nas questões sociais, de uma maneira geral e universal, as reivindicações e contestações como as de gênero e etnias. Na cena cultural das primeiras décadas do século XXI, escritas como estas investem pensamento na luta pela autonomia da expressão que prescinde mediação e formatação, desfiliando-se de modelos normatizadores; junto disso, impulsionam o movimento de recusa da universalização dos discursos militantes contra as opressões, desfazendo, assim, a ideia de equivalência entre as demandas sociais de classe, gênero e etnia. No calor desse enfrentamento contra a hegemonia de um discurso, para fazer emergir as multiplicidades, é que ganham potência os termos: lugar de fala, empoderamento, protagonismo e representatividade. E, não por acaso, nota-se nessas escritas a incorporação de vocabulário que conota reivindicação ao direito à palavra:

foi uma mulher negra e escritora
de pele e alma como a minha
que me ensinou sobre os vulcões e as rédeas e os freios
sobre os tumultos dentro do peito
e sobre a importância de ser protagonista
nunca segundo plano (LEÃO, 2017, p.68)

Entre outras, **Flores de Alvenaria** e **Tudo nela brilha e queima** são publicações que estão nas mãos de jovens leitoras e leitores atentos aos questionamentos e rupturas de modelos normatizadores das corporeidades, juntamente com seus afetos, histórias e linguagens. Tais modelos normatizadores operam na sociedade por meio de categorias e conceitos, cuja função é fabricar

formas (e fôrmas) de sociabilidades compatíveis às que já existem, fazendo equivalências e efetuando enquadramentos. Nas mãos de jovens leitoras e leitores em formação e consolidação de personalidades, o curso da literatura traçado pelos autores em questão inflama o debate a respeito dos modelos que gerenciam corpos, sobretudo o corpo da escrita.

Sobre esse debate, o livro de Ryane Leão tem muito a contribuir. São recorrentes ao longo do livro imagens do corpo cindido, fraturado, que dá passagem a outras corporeidades em busca de redes de afeto não regulamentadas. Na leitura dos versos de Leão, “sou feita de rupturas/ rompo o que querem de mim/ e sou apenas o que quero” (LEÃO, 2017, p.30), caberia aqui a articulação de muitas vozes cujos corpos precisam se desfiliarem das expectativas e renunciar predicados, para ariscar sociabilidades alternativas. A inscrição que serve de epígrafe, na capa do livro, logo abaixo do título, “poemas de luta e amor”, parece significar (entre outras coisas) a luta de corpos aprisionados por representações, mas decididos a partilhar novas sensibilidades.

Consolidam estas observações os estudos de Vladimir Safatle, no livro **O circuito dos afetos**, 2015, que investiga as redes de sensibilidade que tornam possível a encenação de corporeidades. Na sistematização de Safatle sobre esse debate, é batizado de circuito de afetos o sistema de dispositivos armados para fazer o gerenciamento dos corpos, a fim de garantir a normatização das relações sociais. Isso demanda tanto a marcação de papéis, de funções, de valores e limites dos corpos, quanto à demarcação de seus domínios de atuação. Refutando essa marcação é que insurgem as escritas das marginalidades e das vulnerabilidades. Daí, a aposta que elas fazem em forças de descentramento para que haja espaços para novas corporeidades – novas formas de sociabilidade. “Não será com os mesmos corpos constituídos por afetos que até agora sedimentam nossa subserviência que seremos capazes de criar realidades políticas ainda impensadas” (SAFATLE, 2015, p.37). Precisamos de corpos outros que se movimentem fora dos circuitos fechados de percepção e atribuição de valores.

Tendo em vista os debates potencializados por essas literaturas, o que chama atenção não é (em especial) a representação do mundo, mas a leitura que elas instigam sobre o mundo das representações, isto é, o palco onde atuam os papéis sociais, o espaço das sociabilidades e seu estatuto de funcionamento. Interessa saber ler os dispositivos e engrenagens que movimentam o sistema de gerenciamento dos corpos e de suas redes de afetos. Essas considerações atualizam e ampliam as investigações de Foucault sobre “A ordem do discurso” (2007), descrita como o poder de instaurar regimes de sentido, produzir discursos de verdade e outorgar versões de mundo. Portanto, o gerenciamento da produção do discurso significa monitorar sociabilidades, modo de pensar e agir.

Eis que as operações de monitoramento e restrições não acontecem por meio da proibição do discurso ou pela imposição do silêncio. Ao contrário, diz Barthes que as formas de opressão fazem reproduzir sob a rubrica de universal e de natural uma determinada versão, uma história única sem contra pontos. Trata-se da colonização das mentalidades e das formas de subjetividades, vista em operação na violência gerada

pelos estereótipos, cujo dano está na negação do direito de dizer, abreviando experiências, antecipando conclusões. Pelos estereótipos e preconceitos, ronda sorratamente “o perigo da história única” alertado por Chimamanda Nigozi: “então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará” (ADCHIE, 2009).

A colonização das mentalidades e das corporeidades reverbera as antigas práticas de criar domínios coloniais: refere-se igualmente à apropriação arbitrária de um território em estado de vulnerabilidade. Significa, da mesma forma, a intervenção por parte de um agente externo que assume o controle do território alheio, subalternizando-o. Ainda hoje, nos moldes da globalização, colonizar consiste em exercer domínio por meio da instalação de dispositivos de regulamentação a serviço da ideologia do colonizador, suplantando normas e valores de modo que pareçam universais e naturais.

Em pesquisas sobre os domínios coloniais nas mentalidades, Boaventura (2010) alerta sobre necessidade de pensar qual é o lugar da tradição crítica europeia na construção das lutas pela descolonização na América Latina, mas com o cuidado de ressaltar que essa reflexão não significa negar ou descartar essa tradição. É urgente, porém, na visão de Boaventura, prestar conta com o nosso tempo, analisando que na realidade latino-americana ocorrem problemas modernos para os quais não temos soluções modernas. Nem o liberalismo nem o socialismo conseguiram produzir respostas para os modernos problemas latino-americanos. Esses modelos de pensamento até conseguem identificar os problemas, mas não são capazes de superá-los.

Por esse caminho, Boaventura aponta a urgente problematização das dimensões do pensamento opressor que foram ignoradas na luta dos movimentos emancipatórios, mas vieram à tona em diferentes sociedades através dos movimentos camponês, feminista, indígena, afrodescendente, LGBTQ+, ecologistas... Os domínios do sistema de opressão estendem-se, sobretudo, pela epistemologia que produz e valida conhecimentos compartilhados na sociedade. Tendo isso em vista, pela investigação das epistemologias é possível expor e analisar mecanismos de destruição de conhecimentos tradicionais que destoam das ortodoxias. Esse procedimento de anulação e apagamento das culturas subjulgadas foi chamado por Boaventura de “epistemicídio”, que em sua crítica adverte que o fim do colonialismo político não representou o fim do colonialismo das mentalidades e das subjetividades. As frentes de combate precisam incorporar transformações políticas e culturais das mentalidades e das subjetividades. É imperativo o exercício das microanálises, pensar fora dos esquemas ocidentais e expor as dificuldades teóricas e metodológicas de produzir e ter acesso a conhecimentos não ortodoxos.

Estudar as ausências, aquilo que não foi contemplado como registro de um conhecimento válido para a sociedade, significa investigar e confrontar os mecanismos de validação a serviço da monocultura. Deve-se, portanto, identificar e expor mecanismos responsáveis por qualificar ou desqualificar conhecimentos.

Vale lembrar que o mundo ocidental tentou fazer da literatura o produto natural de uma hegemonia, gerenciando formas e estilos de composição aceitáveis,

endossando temas e os seus autores. A literatura enquanto entidade responsável por qualificar ou desqualificar escritas, garantindo lhes visibilidade ou as confinando ao esquecimento, serviu como marcação dos discursos de verdade, responsáveis pela ortodoxia das interpretações e versões de mundo. Tais reflexões se acendem quando fazemos a pergunta: qual o lugar no cânone literário das escritas não ortodoxas e dos corpos não filiados ao sistema classe-gênero-sexualidade-étnico normativo?

A escrita poética ganha outras dimensões na ocasião em que diferentes corporeidades emergem para ocupar lugares ociosos na linguagem, preencher conceitos anacrônicos, ocupar narrativas vazias, remover pontos cegos da história... Na escrita poética são garantidos espaços para expressões de múltiplas subjetividades e meios de exploração, questionamento e comunicação das vivências subjulgadas. Exemplo disso são as publicações, os coletivos de debate, os saraus e movimentos de quebradas realizados com o propósito de informar, desafiar e divertir.

Ao investir na inscrição de um lugar de fala, onde vozes escamoteadas ganham protagonismos, fica notória a dinâmica de corpos que passam a explorar, reconhecer e questionar fronteiras entre territórios. Ficam expostas as vulnerabilidades dos corpos que agem fora das sociabilidades normativas e interrompem o monopólio das narrativas ortodoxas. Essas reflexões são potencializadas na leitura do poema de Leão:

nem todo mundo vai compreender
 isso tudo que você é
 o que não significa
 que você deva se esconder
 ou se calar

o mundo tem medo
 de mulheres extraordinárias (LEÃO, 2017, p.10)

O ganho com esse enfrentamento é que esses corpos extraordinários (fora dos esquemas normativos) reclamam para si o controle para alterar e para expandir a noção do que vale a pena ser mostrado. Ou seja, podem decidir que histórias merecem ser contadas e de que maneira devem ser contadas.

Vale chamar atenção para o corpo da escrita de Ryane: frases deliberadamente fragmentadas criam intervalos que atravancam a leitura automática e estabelecem ritmo próprio. A corpo da escrita dramatiza a condição da diferença: não ser continuidade, não fazer parte de uma sequência previsível; não ser o signo previsto na linearidade do discurso.

Estamos diante de expressões poéticas que viabilizam narrativas épicas das subjetividades desautorizadas, exteriorizando histórias violentas e obscuras. Essas poéticas são qualificadas para discutir o mesmo que se discute na sociedade em diversos meios, mas em outro registro, de outra maneira. No trato da literatura, essa outra maneira é o que faz diferença.

No traçado de condições históricas juntamente com peculiaridades expressivas, constitui-se uma poética das invisibilidades cujo trabalho de linguagem devolve tensão sobre as vulnerabilidades que marcam os corpos da escrita e de seus autores. Pelos marcadores que entrecortam esses corpos, existe no senso comum a tentativa decalcar o rótulo de “literatura de gueto”, o que estaria – por analogia– em oposição a

uma “literatura universal”. Contudo, podemos revidar essa denominação, instigando o questionamento: existiria uma literatura universal? Fala-se, entretanto, de uma universalidade que não inclui as diferenças, que não convoca as condições vulneráveis. A quem interessa uma escrita das vulnerabilidades? Quem é seu público leitor? Antes de apresentar respostas vale continuar a provocação indagando o seguinte: a tradição literária escrita predominantemente por homens brancos teria, portanto, como perfil de leitores os homens brancos?

Nesse contexto, é importante ressaltar a abertura do debate envolvendo questões dadas como intelectuais ou filosóficas, chegando até aos espaços públicos informais, sob a forma de saraus, movimentos das quebradas, encontros dos coletivos de discussão... Novos interlocutores do debate deixam marcados os posicionamentos e assumem a autoria para reescrever a pauta das discussões sociais, avaliando o que é considerado relevante e urgente. Outras perspectivas ganham visibilidade e reclamam representatividade, o que acentua a necessidade de atualizar e redesenhar as dimensões das questões dadas como intelectuais e seus debatedores. Durante séculos, o pensamento acadêmico tradicional ignorou o posicionamento de “pessoas comuns” fora de seu meio. A mudança torna-se significativa com o ingresso de “pessoas incomuns” e a reivindicação do lugar de fala nos espaços formais de produção do conhecimento. Não basta estar inscrito nesses espaços de produção e divulgação do conhecimento, mas é imperativo trazer as perspectivas, as referências, os saberes, as vozes e tradições das majorias silenciadas: descolonizar a escrita e os dispositivos de validação dos conhecimentos.

Descolonizar a escrita, nesse contexto, significa dominar as regras a serviço da regulação dos corpos para tomar a palavra e o poder de se dizer, de se inscrever no mundo, de se apresentar no discurso. Ressignificações, releituras irônicas, intertextualidades, apropriações controversas, são exemplos de manobras da linguagem na poesia de Sérgio Vaz para se apoderar dos mecanismos do discurso e inventar formas de dizer “eu”. Trata-se de reivindicar legitimidade de fala e não uma “licença”, de modo a causar impacto na dinâmica da vida social com o propósito de rever ideias concretas que dão forma, sentido e visibilidade aos corpos subalternizados. Isso implica abandonar, urgentemente, conceitos essencialistas ou universalistas para trazer à tona múltiplicidades.

Contudo, Vaz adverte: “A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza”. É na abertura de lugares de fala que emergem formas peculiares de autoria e de protagonismos. Tais reflexões repercutem o pensamento de Djamilia Ribeiro que teoriza sobre o lugar de fala:

“O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”. (RIBEIRO, 2017, p.37)

Marcar seu lugar de fala reivindica autoria e autoridade para trazer à tona narrativas deixadas de fora. Marcar o lugar de fala exige coordenar ações: não só produzir narrativas, mas fazer com que elas circulem e, sobretudo, investir-se de autoridade para articular essas narrativas com as dinâmicas da sociedade. A marcação

do lugar de fala nasce com a recusa da perspectiva dominante, projetada no lugar comum das ideias, sob a rubrica da universalidade que padroniza e silencia as multiplicidades. Por essa perspectiva, contar histórias significa também desconstruir histórias, combater o perigo da história única e a violência dos estereótipos que abreviam histórias. A voz de Elza Soares eleva as reflexões provocadas aqui: “falar estilhaça a máscara do silêncio”².

Todavia, o controle sobre o discurso assegura a criação e implantação de versões de mundo que movem o sistema de opiniões — o senso-comum. Por isso, a perda do monopólio das narrativas geram reações violentas, resultando em ações de exclusão. Em reação às emergências de novas corporeidades são disparadas acusações de tentativa de banalização e perversão das hierarquias que garantem a ordem; um atentado à ordem social; estratégia para infantilizar o debate público. O discurso não é apenas o palco de dramatizações de tensões e conflitos. O domínio do discurso (seu alcance e seus efeitos de verdade) é a causa da disputa que leva à perseguições e guerras. Está em jogo o poder de editar narrativas que servirão de princípio organizador do mundo e das sociabilidades. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2007, p.10).

Esse debate é retomado e atualizado por Rancière, em **A partilha do sensível** (2015), onde problematiza o monopólio das sensibilidades, compreendido como regime de interpretações, de construção e propagação de conhecimentos. O entendimento comum do sensível coincide com o desenho de um mundo comum, palco onde desempenhamos papéis sociais a partir da noção do que é possível. Na conjugação de reflexões articuladas até aqui, aparecem indagações sobre como acontece a regulação das sensibilidades possíveis: quem determina quais as sensibilidades ganham visibilidade e como elas aparecem, quais vozes narram as sensibilidades? Rancière localiza na esfera da instituição política o mecanismo que regula o traçado e a legitimação de limites para compor uma versão do que se entende como realidade social. Nas palavras de Rancière: “A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer” (RANCIÈRE. 2015, p.17).

À vista disso, ao prescrever corporeidades e formas de sociabilidades, a política para Rancière é o que garante a multiplicidade de mundos, uma vez que cabe a ela assegurar formas de individualização. Daí, portanto, a fabulação de um regime de sentido, onde as regras e os papéis sociais sejam possíveis, é atribuição da política. Vale lembrar que, tal qual a política, a literatura determina pactos de leitura, modos de conexões e de operar significados. Tal afirmativa nos faz voltar à aproximação entre literatura e política: ambas se incumbem de abrir espaços para encenação de subjetividades, como também, negociar formas de visibilidade e exposição dos modos de ver, sentir, pensar e interagir no mundo. “Política e artes, tanto quanto os saberes constroem ficções, isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações

² Frase em destaque no carro alegórico cujo tema fazia alusão aos que não tiveram direito à voz, uma crítica ao silenciamento e apagamento das corporeidades subalternizadas, no desfile da Mocidade Independente de Padre Miguel, no carnaval de 2020, no Rio de Janeiro.

entre o se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer” (RANCIÈRE, 2015, p.59).

Descolonizar a escrita implica, antes de tudo, reconhecer a ficcionalidade das normas disciplinares dos corpos e das redes de afeto, onde são encenadas histórias, memórias e expectativas. Pois, as narrativas a serviço das ortodoxias são constituídas a partir do jogo da ficcionalidade, isto é, são maneiras de estabelecer uma ordem, criando articulações e nexos para aquilo que impressionou os sentidos. Reconhecer a ficcionalidade dos deixa exposto o caráter histórico e cultural, o que os coloca na condição de produto, artifício, mercadoria. Apontar os dispositivos que gerenciam os discursos, para identificar as engrenagens, chaves de leitura, as categorias, com o propósito de desarmá-las e subvertê-las. Eis, então, a importância da problematização do lugar de fala trazido aqui por Djamila Ribeiro, no imperativo de se apoderar do discurso para desarmar circuitos de afetos monitorados e desenhar outros alternativos.

Por essa via de pensamento, lemos as escritas das marginalidades e das vulnerabilidades, ilustradas aqui com as obras de Sérgio Vaz e Ryane Leão. Os autores exploram a força criadora da literatura capaz de trazer para o espaço público subjetividades escamoteadas. Os versos dramatizam as forças em atrito, as tensões, os embates, os conflitos que constituem os corpos. Essas escritas devolvem complexidade ao mundo.

Nessas considerações, as expressões poéticas emergentes dos lugares de opressão apostam no cuidado estético da linguagem espreitando novas visualidades, reclamando outros olhares e pensamentos. Na operação de leitura com estes textos, acontece a transgressão, a produção e a confirmação dos códigos, ao mesmo tempo. Por isso mesmo, são arranjos de linguagem que criam conexões mais potentes com olhar. Pois, é imperativo desmontar armadilhas do pensamento que parecem simplificar e facilitar nossa relação com o mundo. São conceitos e categoria que parecem inocentes e universais. Estes compõem nossos esquemas de leitura que separam, de forma imediata e maniqueísta, o “certo” do “errado”, o “bem” do “mal”, o “útil” do “inútil”. Como efeito, o olhar e o pensamento estão sempre circunscritos aos esquemas da razão e do bom-senso. Esses esquemas converteram-se em nosso próprio olhar e pensamento, de modo que tudo que afeta a nossa percepção é imediatamente inspecionado e classificado. Quanto mais estranhemos, mais julgamos. Isso faz com que se torne fácil sermos compreensíveis com o que se apresenta diferente. Difícil é reconhecermos a legitimidade da perspectiva do outro, sermos outros, sermos os outros do discurso.

Bibliografia

- ADICHIE, Chimamanda. O perigo da história única. TEDGlobal, 2009. Disponível em : https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Acessado em abril. 2020.
- LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Planeta, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

- RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo: Editora 34, 2015.
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SANTOS, Boaventura. **Descolonizar el saber, reiventar el poder.** Montevideo: Ediciones Trilce – Extensión universitaria. Universidad de la República: 2010.
- VAZ, Sérgio. **Flores de alvenaria.** São Paulo: Global Editora, 2016.